



SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO TOCANTINS

EDITAL CONCORRÊNCIA 011/2014

ASSUNTO: Impugnação oferecida pela empresa RECORDS PROPAGANDA

DECISÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A empresa **RECORDS PROPAGANDA** apresentou, tempestivamente, Impugnação à nomeação da subcomissão técnica julgadora das propostas técnicas oriundas da Licitação promovida pelo **SEBRAE/TO** na modalidade Concorrência nº 011/2014 objetivando contratação de agência de publicidade e propaganda, especializada na prestação de serviços técnicos de divulgação de atos, comunicação, programas, produtos, ações, serviços e campanhas publicitárias, compreendendo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de peças e campanhas aos veículos e demais meios de divulgação, bem como as demais atividades complementares:

- a) O planejamento e a execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas;
- b) A produção e a execução técnica das peças e projetos publicitários criados;
- c) A criação e o desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

Cabe aos interessados saber que, o SEBRAE/TO é uma instituição idônea e transparente que por meio de seus procedimentos licitatórios seleciona a proposta mais vantajosa para o Sistema, sendo que seus julgamentos são em estrita



conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatados, inadmitindo-se critérios que frustrem o caráter competitivo do certame, haja vista que o mesmo está baseando no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE, Resolução CDN n.º 213/2011.

I – DAS RAZÕES DO IMPUGNANTE:

Nas razões acostadas, requer a procedência do petitório e, conseqüentemente, a inabilitação da empresa **MERCADO CENTRAL CONSULTORIA, PROPAGANDA E MARKETING**, para que a mesma não prossiga no certame. Aventa, para tanto, os seguintes argumentos:

- A. Que no dia 11 de Novembro de 2014 a comissão permanente de licitação tornou público o sorteio dos membros que irão compor a subcomissão técnica responsável pelo julgamento das propostas (publicado no jornal do Tocantins de 12/11/2014), conforme disposição do item 3 do edital.
- B. Que a empresa credenciada a partir do certame licitatório **MERCADO CENTRAL CONSULTORIA, PROPAGANDA E MARKETING**, tem como sócio o Sr. Fabrício Magalhães, e que conforme fotos apresentadas, a empresa ora impugnante tomou conhecimento que o Sr. Fabrício também presta serviços pessoalmente ao SEBRAE/TO.
- C. Que nas fotos é possível notar que o Sr. Fabrício presta serviços em eventos oficiais do SEBRAE, como credenciado colaborador. Assim a empresa ora impugnante teme que possa haver favorecimento quanto ao julgamento das propostas, tendo em vista que a maioria dos membros da comissão julgadora também integra o corpo técnico do SEBRAE.



- D. Que resta claro que eventual favorecimento de empresas ligadas a funcionários do SEBRAE fere os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais tendo em vista a criação de obstáculos ao regular procedimento licitatório.
- E. Por fim, empresa impugnante requerer o provimento do presente instrumento, para que sejam julgados procedentes os questionamentos, consequentemente, dado prosseguimento ao procedimento licitatório, desclassificando a licitante **MERCADO CENTRAL CONSULTORIA, PROPAGANDA E MARKETING**.

II - DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO

Examinando cada ponto recorrido no instrumento de impugnação da empresa **RECORDS PROPAGANDA**, compulsando os autos e sopesando a matéria desenhada, entende-se pelo conhecimento e não provimento.

Ressalta-se que, a participação da empresa **MERCADO CENTRAL CONSULTORIA, PROPAGANDA E MARKETING** não fere qualquer princípio do direito administrativo estando, pois, amparada na legalidade.

Analisando o feito, verifica-se que foi analisada toda a documentação de habilitação pela Comissão Permanente de Licitação, a qual julgou habilitada a empresa **MERCADO CENTRAL CONSULTORIA, PROPAGANDA E MARKETING**, que tem como sócio o Sr. Fabrício Magalhães.

As alegações do impugnante de que a subcomissão pode eventualmente favorecer a empresa por ser ligadas a funcionários do SEBRAE, não pode prosperar, tendo em vista que, inicialmente, a subcomissão não é formada por servidores do SEBRAE/TO e sim do SEBRAE de todo Brasil, e mesmo que fosse do SEBRAE/TO todos os licitantes são tratados de forma isonômica, de modo que o SEBRAE/TO em todos os seus certames inadmite a utilização de critérios que frustrem o caráter competitivo.



Ademais, para maior informação e esclarecimento, o Sr. Fabrício Magalhães, não é colaborador do SEBRAE/TO, o mesmo apenas é cadastrado como Credenciado, que tem a seguinte conceituação, conforme estabelecido no Regulamento do Sistema de Gestão de Credenciados – SGC:

O credenciamento é utilizado quando se pretende a contratação de todos os potenciais interessados, que atuam em determinado ramo e que atendam as condições previamente fixadas, inclusive a remuneração.

Seu fundamento jurídico está pautado no caput do art. 10 do Regulamento de Licitação e Contratos do Sistema SEBRAE, uma vez que a competição é inviável nessa hipótese.

Esta afirmação implica que dentro dos credenciados não há competição para a prestação de serviços, elemento esse essencial em qualquer licitação. É exatamente por esse motivo que as características abaixo elencadas devem sempre se fazer presentes:

- nas etapas de habilitação ou de certificação não pode haver número máximo de credenciados que serão aprovados, isto quer dizer que, atingido o critério de corte estabelecido pelo Sebrae, todos os candidatos devem ser aprovados. Não pode existir número de vagas;
- rodízio de credenciados (Todos devem ter a mesma chance de contratação);
- igualdade de honorários (Não há competição. Dentro da mesma área de conhecimento, todos devem receber o mesmo valor pelo serviço prestado);
- serviços pontuais e específicos (Jamais serviços de rotina do Sebrae devem ser contratados. **O SGC serve para demandas pontuais e específicas, de expertise externa ao quadro do Sebrae).**



Assim, o credenciamento de consultores / instrutores nada mais é do que procedimento licitatório diferenciado, onde, devido a pluralidade de interessados em áreas de conhecimentos pré-definidas, é viável manter um banco de credenciados.

O processo de credenciamento objetiva cadastrar pessoas jurídicas e, excepcionalmente, profissionais autônomos, para integrar o Cadastro Nacional de Prestadores de Serviços de Instrutoria e Consultoria do Sistema SEBRAE e é composta de três etapas:

I - inscrição;

II - habilitação;

III - certificação da capacidade técnica.

O cadastramento de profissionais autônomos ocorre, excepcionalmente, em áreas e subáreas de conhecimento onde não houver disponibilidade de pessoas jurídicas no mercado.

A condução do processo de credenciamento de pessoa jurídica e, excepcionalmente, de profissionais autônomos pelo Sistema SEBRAE é transparente e possibilita a participação de todos que pretendam compor o Cadastro Nacional de Prestadores de Serviços de Instrutoria e Consultoria do Sistema Sebrae.

Deve estar claro, de início, que os serviços prestados pelos credenciados do SGC devem ser pontuais e específicos, **nunca em atividades rotineiras de empregados do Sistema SEBRAE.**

Devem, sem exceção, possuir prazo determinado, produto específico e não podem ser caracterizados como atividade rotineira da unidade demandante.

Outro ponto que merece constante cuidado refere-se à conduta básica a ser praticada pelo gestor do SGC, mais especificamente pelo gestor direto do contrato efetuado, com uma correta postura no trato com o credenciado.



O credenciado, seja pessoa jurídica ou física, **possui autonomia para a prestação de seus serviços, não sendo juridicamente subordinado ao Sebrae.**

A autonomia em questão não deve ser confundida com o poder de orientação que o SEBRAE possui, como qualquer contratante de serviço.

Não deve restar configurada a subordinação consagrada no art. 3º da CLT, onde o contratante extrapola o seu poder de orientação e assume postura hierarquicamente superior a do prestador de serviços.

Posturas como fornecer ao consultor cartões de visita, estações de trabalho dentro das dependências do SEBRAE, ramal telefônico, e-mail corporativo, uniformes, por exemplo, bem como controlar seus horários de trabalho, são atitudes que devem ser extintas do Sistema SEBRAE, já que, muito colaboram com a caracterização da subordinação jurídica.

Dessa forma, resta claramente comprovado que o credenciado não tem qualquer vínculo com o SEBRAE/TO, e mais a conforme se verifica a impugnação trata-se de impugnação à nomeação da subcomissão técnica, porém na fundamentação pede-se a desclassificação de outra licitante, ficando tal impugnação contraditória e sem fundamento.

E ainda como visto toda a subcomissão técnica é formada por colaboradores do Sistema Sebrae de outros Estados, bem como de profissionais que não mantêm vínculo funcional ou contratual com o Sistema Sebrae o que torna ainda mais o competitivo e criterioso o certame, com a finalidade de ser ao máximo transparente.

Por fim, cumpre esclarecer que a Licitação é um procedimento composto de uma série de atos que obedecem a uma sequência determinada pelo Regulamento e tem por **objetivo selecionar a proposta mais vantajosa ao SEBRAE/TO**, mediante condições fixadas e divulgadas no edital, em face da necessidade da entidade comprar, alienar ou contratar a prestação de um determinado serviço, **vale dizer que a licitação é realizada no interesse do SEBRAE/TO.**



Sendo assim, em face das razões expendidas acima **INDEFIRO** a impugnação ora apresentada, conforme exposto acima, eis que a empresa **MERCADO CENTRAL CONSULTORIA, PROPAGANDA E MARKETING** não terá qualquer vantagem ou favorecimento no momento da análise das propostas, visto que os envelopes entregues que primeiro serão analisados encontram-se sem qualquer identificação, assim verifica-se que se encontra preservado o caráter competitivo do procedimento, em homenagem ao princípio da eficiência administrativa, que rege os atos institucionais do SEBRAE-TO.

Palmas, 25 de Novembro de 2014.

ODEANE MILHOMEM DE AQUINO

Presidente/Pregoeira da Comissão Permanente de Licitação
SEBRAE/TO